**POLÍTICAS PÚBLICAS E FEIRAS LIVRES: CONTRIBUIÇÕES PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM REGIÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL**

Gabriela de Ávila Nunes; UFSC; avilanunesgabriela@gmail.com

Jean dos Santos; UFSC; jeanfrederico199@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

**RESUMO**

Este estudo discute o papel das feiras livres, impulsionadas por políticas públicas, como estratégia relevante para garantir o abastecimento alimentar em regiões de alta vulnerabilidade social no Brasil, considerando que o acesso a alimentos frescos é essencial para a saúde e qualidade de vida, evidencia-se uma problemática crescente em diversas regiões do país, onde prevalece a insegurança alimentar devido à limitação no acesso a alimentos nutritivos e saudáveis, especialmente após a pandemia de Covid-19, que agravou tais desigualdades. Nesse contexto, as feiras livres aparecem como alternativas viáveis, estabelecendo circuitos curtos de comercialização que aproximam produtores familiares e consumidores finais, contribuindo diretamente para o fortalecimento das economias locais e para a democratização do acesso a alimentos frescos. Exemplos como as feiras coloniais e agroecológicas em Chapecó (SC) e o projeto Hortas Cariocas no Rio de Janeiro demonstram que políticas públicas que incentivam esses espaços promovem tanto a segurança alimentar quanto o desenvolvimento econômico local. Além disso, esses mercados ajudam a reduzir os custos logísticos e oferecem aos agricultores familiares melhores retornos financeiros por meio da venda direta, criando também oportunidades de interação social e valorização cultural. Contudo, a análise revela desigualdades significativas na distribuição geográfica das feiras pelo país, com concentração predominante no Sudeste e pouca presença nas regiões Norte e Nordeste, onde são mais necessárias. Políticas públicas existentes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exemplificam como o incentivo governamental pode potencializar a eficácia dessas feiras, promovendo uma alimentação mais saudável e sustentável. Entretanto, desafios como a infraestrutura precária e o apoio governamental limitado restringem a abrangência dessas iniciativas. Portanto, para maximizar o potencial das feiras livres, é fundamental uma abordagem integrada que envolva esforços governamentais robustos, investimentos em infraestrutura adequada e capacitação técnica, além da valorização da agricultura familiar. Dessa forma, as feiras livres não apenas contribuirão efetivamente para reduzir as desigualdades alimentares, mas também fortalecerão a resiliência alimentar e socioeconômica das regiões mais vulneráveis do país.

**Palavras-chave:** Feiras; Circuitos curtos; Políticas públicas; Abastecimento Alimentar; Desertos Alimentares.

**1 INTRODUÇÃO**

O acesso a alimentos de qualidade é essencial para a saúde e o bem-estar da população, no Brasil, o abastecimento alimentar enfrenta desafios significativos, especialmente em regiões vulneráveis, onde a insegurança alimentar é uma realidade crescente. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) indicam que a pandemia de Covid-19 agravou problemas já existentes no sistema alimentar, alterando os hábitos de consumo e expondo fragilidades no acesso a alimentos frescos (Penssan, 2022). Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam um aumento global da obesidade, associado ao consumo crescente de alimentos ultraprocessados e à redução do acesso a produtos frescos. Em 2022, aproximadamente 33 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar grave, o que ressalta a urgência de alternativas de abastecimento acessíveis (OMS, 2022).

Nesse contexto, as feiras livres, como cadeias curtas de abastecimento, surgem de certa maneira como uma alternativa viável para fortalecer o acesso a alimentos frescos e saudáveis, especialmente em regiões onde o sistema tradicional de distribuição falha em alcançar a população de maneira eficaz. No município de Chapecó, por exemplo, as feiras de produtos coloniais e agroecológicos, iniciadas em 1997 em resposta a uma crise no setor pecuário, foram desenvolvidas com apoio da prefeitura e de entidades de pequenos produtores, promovendo a valorização da agricultura familiar e oferecendo alimentos seguros e acessíveis à população local (Marques & Mello, 2009; Martinez, 2003). De maneira semelhante, o Projeto Hortas Cariocas, no Rio de Janeiro, utiliza feiras para o escoamento de alimentos produzidos em hortas comunitárias, melhorando o acesso a produtos frescos nas comunidades e fortalecendo a economia local (O’Reilly, 2014).

Estudos apontam que as feiras livres, além de promoverem a segurança alimentar, representam uma solução mais sustentável e conectada com as práticas locais de consumo, permitindo uma interação direta entre agricultores e consumidores (Darolt et al., 2016). A presença das feiras em áreas vulneráveis, como em Manguinhos e no Campo Limpo, onde o acesso a alimentos frescos é limitado, cria oportunidades para o consumo de alimentos mais nutritivos e diversificados, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a economia solidária (Consea, 2007; Brasil de Fato, 2022).

Ainda que a presença de feiras livres tenha mostrado benefícios, as políticas de incentivo a esses espaços são muitas vezes insuficientes. Estudos apontam que as feiras podem promover a inclusão de alimentos frescos na dieta da população, mas desafios relacionados à acessibilidade e à concentração desses espaços em áreas urbanas centrais limitam seu alcance para comunidades periféricas e rurais (Claro et al., 2016). Tais limitações reforçam a necessidade de políticas públicas mais robustas para ampliar a oferta e o acesso aos alimentos in natura e minimamente processados. Estudos como o de Silva, Balem e Silveira (2015) destacam a importância de investimentos e políticas que facilitem o acesso e integrem a agricultura familiar às redes de distribuição locais, tornando o abastecimento mais eficiente.

A escolha de investigar o papel das feiras livres no abastecimento de alimentos em áreas vulneráveis justifica-se pela escassez de estudos que abordam essa relação de forma ampla, embora existam inúmeras pesquisas sobre segurança alimentar, poucas enfocam as feiras livres como uma solução alternativa para áreas de vulnerabilidade social, como os desertos alimentares. O intuito é verificar que o acesso a feiras em regiões de maior vulnerabilidade pode ser importante, evidenciando os pontos positivos que se têm ao instalarem-se feiras livres por meio de políticas públicas, beneficiando a população em geral e, de forma particular, as regiões mais vulneráveis.

Segundo Mendes e Campolina Diniz (2019), políticas que incentivam mercados locais podem aumentar a resiliência alimentar e reduzir a dependência de redes supermercadistas, que frequentemente não atendem adequadamente as populações mais vulneráveis. Assim, as feiras se tornam espaços de democratização alimentar e representam soluções locais para problemas globais de segurança alimentar.

Diante desse panorama, o estudo propõe responder à seguinte questão de pesquisa: "De que maneira as feiras livres, incentivadas por políticas públicas, podem contribuir para o abastecimento alimentar em regiões de maior vulnerabilidade social no Brasil?" A hipótese é que as feiras livres desempenham um papel essencial não apenas na distribuição e acesso a alimentos frescos e acessíveis em áreas carentes, mas também como ferramentas para promover melhores retornos financeiros aos agricultores, fortalecer a sustentabilidade logística e dinamizar as economias locais. Além do apoio governamental, iniciativas da própria comunidade, como aquelas promovidas por ONGs e movimentos sociais, têm um papel fundamental nesse processo. Esses atores, por meio da organização, mobilização e suporte logístico, complementam as ações públicas, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo o impacto social e econômico das feiras. No entanto, para maximizar seu alcance e efetividade, é imprescindível a sinergia entre esses esforços comunitários e investimentos governamentais direcionados.

Espera-se que os dados demonstrem que as feiras livres possuem um papel significativo no abastecimento alimentar de comunidades vulneráveis, oferecendo uma alternativa eficiente e acessível ao sistema tradicional de distribuição de alimentos. Além disso, argumenta-se que a promoção e o fortalecimento dessas feiras, mediante políticas públicas direcionadas às feiras, poderiam ampliar ainda mais seu impacto positivo, promovendo benefícios socioeconômicos, fortalecendo a agricultura familiar e contribuindo para a sustentabilidade logística.

Estudos sugerem que as feiras livres podem desempenhar um papel importante na redução dos custos logísticos e na facilitação do acesso a alimentos frescos pelas comunidades próximas, destacando-se como alternativas viáveis para aproximar produtores e consumidores, promovendo uma cadeia de distribuição mais curta e eficiente.

Por fim, os resultados encontrados poderão reforçar a importância de políticas públicas voltadas para a promoção das feiras, que atualmente recebem poucos investimentos e carecem de apoio institucional. Observa-se que, apesar de seu potencial, o papel das feiras livres no sistema de abastecimento alimentar é sub-explorado e subvalorizado no Brasil e a presença desse cenário indica uma oportunidade para uma atuação mais ativa do governo, visando melhorar as condições de alimentação das populações mais vulneráveis.

**2 METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo consiste fundamentalmente em uma revisão de literatura e análise de alguns estudos que são citados ao longo do texto. A revisão bibliográfica foi realizada de maneira organizada, e as buscas se basearam na pergunta de pesquisa: De que maneira as feiras livres, incentivadas por políticas públicas, contribuem para o abastecimento alimentar em regiões de maior vulnerabilidade social no Brasil?, usando critérios claros de seleção e análise, buscando artigos que tratam da segurança alimentar e das feiras livres. As bases Scielo, Google Acadêmico e CAFE CAPES foram escolhidas pela abrangência de estudos e pela relevância acadêmica, inclusive foi utilizado palavras-chaves específicas como 'comercialização', 'desertos alimentares', 'segurança alimentar' e 'vulnerabilidade social'. A estatística descritiva contempla estudos sobre insegurança alimentar, desertos alimentares e segurança alimentar, na qual os dados foram obtidos dos relatórios e pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNAD Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios contínua 2023), CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional), PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) e Mapeamento dos desertos alimentares de 2018, com revisões em 2019.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Por meio dos resultados e discussões, demonstraremos a importância das feiras livres para o abastecimento alimentar em regiões vulneráveis no Brasil, evidenciando seu papel social e econômico, dado que essas feiras permitem que políticas públicas promovam a sustentabilidade alimentar e econômica, especialmente em áreas com acesso limitado a alimentos frescos. A análise mostra como o apoio a essas feiras pode reduzir custos logísticos, gerar um retorno mais adequado e incentivar dietas mais saudáveis, conectando acessibilidade e segurança alimentar de maneira eficiente. Com as feiras livres, a dependência de cadeias de distribuição longas e caras diminui, facilitando o acesso da população local a alimentos nutritivos que estejam mais acessíveis à população local (Costa e Almeida, 2020; Cruz et al., 2020). Referências como as de Costa e Almeida (2020) e (Contrigiani et al., 2020), fortalecem o argumento, e um diálogo ampliado com essas fontes pode enriquecer a visão sobre o impacto das feiras na segurança alimentar.

As feiras livres, ao conectar diretamente pequenos produtores e consumidores, não apenas promovem uma economia local robusta, mas também fortalecem o senso de identidade cultural e de comunidade, proporcionando espaços de interação social e preservação de práticas alimentares regionais. Um exemplo disso é a Feira Livre de Carpina, que, desde 1882, mantém tradições como a montagem de lonas e bancos de madeira, resistindo ao tempo e às tentativas de modernização, evidenciando a importância desses mercados na manutenção da cultura local (Nunes, 2023). A inclusão de políticas públicas de incentivo, com subsídios logísticos e apoio à infraestrutura, entre outras demandas é primordial para que essas feiras possam atuar plenamente, sem as limitações enfrentadas hoje em diversas áreas de alta vulnerabilidade.

3.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANO

O sistema de abastecimento alimentar urbano no Brasil é marcado por desigualdades socioeconômicas que afetam diretamente o acesso a alimentos frescos, e em comunidades onde as feiras livres são incentivadas, a economia local e a sustentabilidade alimentar são fortalecidas, gerando uma rede de abastecimento que resiste à hegemonia de conglomerados alimentares e preserva práticas alimentares tradicionais (Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016). A dominância de grandes corporações no setor alimentar implica uma homogeneização dos produtos disponíveis, limitando a variedade e a qualidade dos alimentos acessíveis em áreas de menor renda. O estudo Comprando Qualidade: Traje, Gosto e Reciprocidade nas Feiras Livres do Vale do Jequitinhonha (Almeida e Silva, 2020) evidencia como essas feiras promovem a confiança e o fortalecimento dos laços culturais, ao permitir que consumidores conheçam a origem dos produtos e valorizem as práticas locais.

Esse sistema de reciprocidade não só enriquece o abastecimento urbano, mas também representa uma resistência à captura do conceito de comida saudável pelas grandes corporações, proporcionando uma experiência de consumo distinta, com maior proximidade e confiança. O conceito de "comida saudável", conforme definido pela OMS (2022), refere-se a uma dieta equilibrada com alimentos ricos em nutrientes essenciais e minimamente processados, como frutas, verduras, cereais integrais e proteínas magras. No entanto, o marketing das grandes corporações promove frequentemente produtos ultraprocessados como saudáveis, aproveitando-se da conveniência e rotulagem, embora esses alimentos careçam da complexidade nutricional de produtos frescos (Monteiro et al., 2019). Dessa forma, políticas públicas que incentivam o fortalecimento das feiras livres contribuem para aproximar o conceito de comida saudável das reais necessidades nutricionais da população, promovendo segurança alimentar e nutricional com acesso a alimentos frescos e variados, essenciais para uma alimentação equilibrada (FAO, 2021).

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A agricultura familiar no Brasil responde por uma parcela significativa dos alimentos consumidos internamente, com destaque para frutas, hortaliças e produtos típicos das feiras livres. Essas feiras, conforme destacado no estudo Agricultura Familiar, Feiras Livres e Feirantes do Alto Jequitinhonha (Cruz et al., 2020), acabam sendo uma fonte essencial de renda para as famílias agricultoras, permitindo a comercialização direta com os consumidores e eliminando intermediários, favorecendo um "retorno justo" para os produtores, pois a venda direta permite a esses agricultores obter uma margem de lucro maior em comparação aos canais de venda tradicionais, onde os intermediários tendem a reduzir os ganhos dos produtores.

O "retorno justo" para os produtores, nesse contexto, reflete-se em um aumento direto da renda familiar e contribui para o fortalecimento da segurança alimentar e da economia local, estudos demonstram que, para muitos agricultores, a opção de vender em feiras representa uma alternativa às instabilidades dos canais longos de comercialização, onde enfrentam preços voláteis e, muitas vezes, a dependência de atravessadores e supermercados locais (WIGGINS; KIRSTEN; LLAMBÍ, 2010). Além disso, ao ter um canal de venda estável, os agricultores familiares podem investir na produção de alimentos frescos e de qualidade, incentivando o autoconsumo e melhorando a dieta das próprias famílias.

Em municípios como Chapecó, em Santa Catarina, as feiras coloniais e agroecológicas promovem o desenvolvimento da produção agrícola local ao oferecer assistência técnica, capacitação e inspeção sanitária, conforme estudo de Martinez (2003). Essa infraestrutura oferecida pela prefeitura e por entidades como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) não apenas melhora a qualidade dos produtos oferecidos, mas também incentiva práticas sustentáveis e o consumo consciente, sendo que tais iniciativas são fundamentais para garantir o retorno justo e fomentar a continuidade da produção agrícola de forma sustentável.

Circuitos curtos de comercialização, como feiras livres e sacolões, reduzem custos logísticos e beneficiam tanto o produtor quanto o consumidor, promovendo uma alimentação acessível e diversificada, dado que o uso dessas práticas fortalece a segurança alimentar e promove a sustentabilidade ao incentivar a compra de produtos locais, reduzindo a necessidade de transporte e, consequentemente, a pegada de carbono associada (Traversac, 2010). Em cidades como Belo Horizonte, a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional inclui feiras de alimentos orgânicos em áreas de alta vulnerabilidade, como as favelas, com o objetivo de democratizar o acesso a alimentos frescos e saudáveis. Contudo, estudos indicam que essas feiras estão predominantemente concentradas em regiões centrais e de maior renda, limitando o acesso das populações mais vulneráveis (Rocha et al., 2023). Esse cenário evidencia a necessidade de políticas que ampliem a distribuição de alimentos saudáveis em áreas periféricas, combatendo as desigualdades alimentares na cidade. A distribuição desigual desses equipamentos dificulta o acesso a mercados e feiras para as comunidades mais carentes, que necessitam de apoio e incentivos para acessar esses mercados de forma viável e sustentável (Darolt; Rover, 2021).

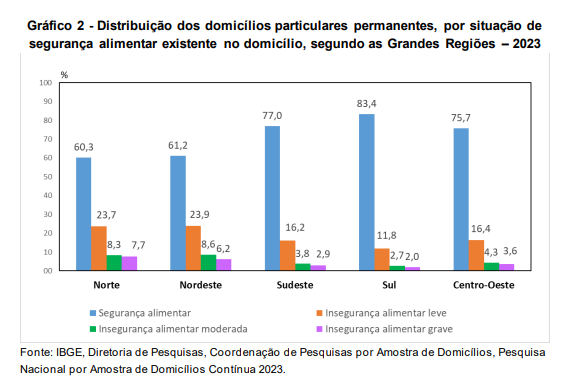
Os benefícios das feiras livres para a segurança alimentar e o desenvolvimento local são amplificados quando vinculadas a programas de apoio governamental, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Belik e Silva (2006), o PAA incentiva a compra de alimentos da agricultura familiar para distribuição em comunidades de baixa renda, fortalecendo o acesso a produtos frescos e impulsionando a economia local. Por sua vez, o PNAE destina esses alimentos às escolas públicas, promovendo a segurança alimentar de crianças e adolescentes. Leite, Recine e Vasconcelos (2018) corroboram essa perspectiva, destacando que essas políticas públicas não apenas fomentam a segurança alimentar, mas também promovem a inclusão social dos agricultores familiares, especialmente quando implementadas em sinergia com feiras livres. Ambos os estudos ressaltam que uma abordagem integrada é essencial para reduzir desigualdades alimentares, valorizando pequenos produtores e fortalecendo a sustentabilidade econômica e social. A presença de feiras livres promove uma relação direta entre agricultores e consumidores, oferecendo alimentos mais frescos e de qualidade, que valorizam a cultura alimentar e os conhecimentos locais, além de incentivar um consumo consciente e crítico (Chies; Sacco dos Anjos, 2024). Essa dinâmica é potencializada quando essas feiras estão integradas a programas como o PAA e o PNAE, que impulsionam a compra de alimentos de pequenos produtores para distribuição em comunidades vulneráveis, criando um circuito de comercialização curto e sustentável.

Dessa forma, as feiras livres não apenas asseguram um retorno econômico significativo para os pequenos agricultores, mas também desempenham um papel fundamental na promoção da segurança alimentar, ao incentivar uma produção alinhada às demandas locais e redução da dependência de alimentos ultraprocessados. A criação de mercados comunitários e o fortalecimento da agricultura familiar tornam-se, assim, estratégias indispensáveis para garantir o direito universal à alimentação de qualidade, promovendo simultaneamente um desenvolvimento rural e urbano mais justo, equilibrado e sustentável.

3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E FEIRAS LIVRES

A segurança alimentar é um direito humano fundamental, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 1974), que inclui o acesso a alimentos nutritivos, seguros e em quantidade suficiente. No Brasil, a insegurança alimentar ainda afeta milhões de pessoas, principalmente em áreas mais periféricas e regiões de menor renda (IBGE, 2021). O Gráfico abaixo ilustra a distribuição da situação de segurança alimentar nas cinco regiões do Brasil, evidenciando as disparidades regionais.

Gráfico 1 - Distribuição de domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as grandes regiões – 2023

****

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua 2023.

No gráfico 1, observa-se que o Sul e o Sudeste têm os maiores índices de segurança alimentar (83,4% e 77,0%, respectivamente), enquanto o Norte e o Nordeste apresentam níveis mais baixos (60,3% e 61,2%), com uma maior prevalência de insegurança alimentar grave, moderada e leve nessas áreas. Evidencia-se a vulnerabilidade de certas regiões, onde fatores socioeconômicos limitam o acesso a alimentos seguros e suficientes.

As feiras livres, definidas como espaços organizados para a venda direta de produtos agrícolas, geralmente em ambientes abertos, conectam pequenos produtores e consumidores sem a intermediação de grandes cadeias de distribuição, facilitando a dinâmica do acesso a alimentos frescos e nutritivos, e contribuindo para a segurança alimentar de populações vulneráveis. O Gráfico 1 também destaca a disparidade na prevalência de segurança alimentar ao longo do Brasil, com o Norte e o Nordeste registrando índices proporcionalmente mais elevados dessa categoria. Essa característica indica que, embora a insegurança alimentar grave seja menos frequente em algumas áreas, persistem desafios relacionados à qualidade e regularidade do acesso a alimentos adequados, reforçando a necessidade de iniciativas como as feiras livres para reduzir essas desigualdades. A presença dessa conexão facilita o acesso a alimentos frescos e in natura, reduzindo a dependência de produtos ultraprocessados que, em muitos casos, são as únicas opções disponíveis nas áreas mais afetadas pela insegurança alimentar.

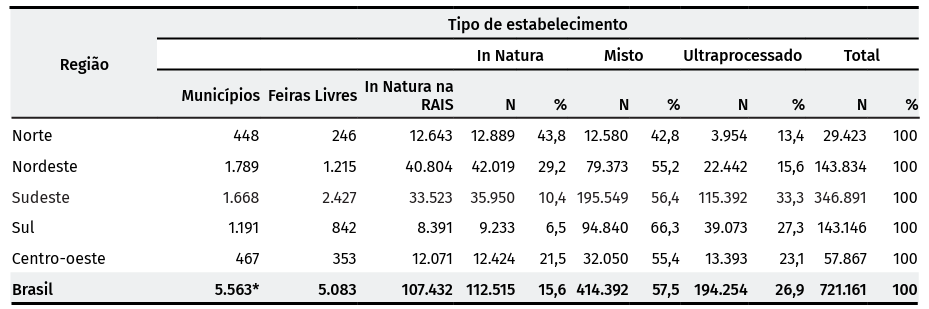
3.4 DESIGUALDADE NO ACESSO ALIMENTAR E DESERTOS ALIMENTARES

Os desertos alimentares são definidos como uma área geográfica na qual pelo menos 500 pessoas, ou 33% de um determinado setor censitário, residem a mais de 1,6 km de um supermercado ou mercearia e para setores censitários rurais, a distância é de mais de 16 km. Ou seja, são áreas caracterizadas pela baixa oferta de alimentos saudáveis e acessíveis, especialmente frutas, verduras e legumes, em comparação à alta disponibilidade de produtos ultraprocessados e calóricos, também são regiões, onde comumente se encontram comunidades de menor renda e fatores como a ausência de mercados próximos, falta de infraestrutura e desigualdade econômica limitam o acesso a opções alimentares de qualidade.

O termo "desertos alimentares" teve origem nos anos 1990 no Reino Unido, como forma de descrever áreas urbanas e rurais onde a população, especialmente de baixa renda, enfrenta dificuldades para acessar alimentos frescos e nutritivos. Desde então, o conceito foi adotado em diversas partes do mundo, incluindo os Estados Unidos e o Brasil, para discutir as disparidades no abastecimento alimentar e as consequências para a saúde pública, como o aumento de doenças relacionadas à má alimentação, incluindo obesidade, diabetes e hipertensão. Estudos baseados em dados do IBGE revelam que os desertos alimentares, caracterizados pela predominância de alimentos ultraprocessados e pela escassez de estabelecimentos que comercializam produtos in natura, são uma realidade em diversas regiões do Brasil, dado que em cidades como São Paulo e Salvador, observa-se que as periferias enfrentam uma oferta limitada de alimentos frescos, enquanto os produtos ultraprocessados dominam o varejo local, contribuindo para a insegurança alimentar dessas áreas (IBGE, 2019).

A tabela a seguir, elaborada pela SE-CAISAN (2019), mostra a distribuição dos estabelecimentos que comercializam alimentos, categorizados por tipo (in natura, misto e ultraprocessado) em cada região do Brasil. Nota-se que, nas regiões Norte e Nordeste, a presença de estabelecimentos com alimentos in natura é significativamente menor em comparação com outras regiões, enquanto alimentos ultraprocessados compõem uma parte considerável dos estabelecimentos e essa disparidade acentua a dificuldade de acesso a alimentos frescos nessas áreas, ampliando as desigualdades de segurança alimentar.

Tabela 1 - Número e % de estabelecimentos que prestam serviços de alimentação ou comercializam alimentos no varejo, por Grande Região e tipo de estabelecimento

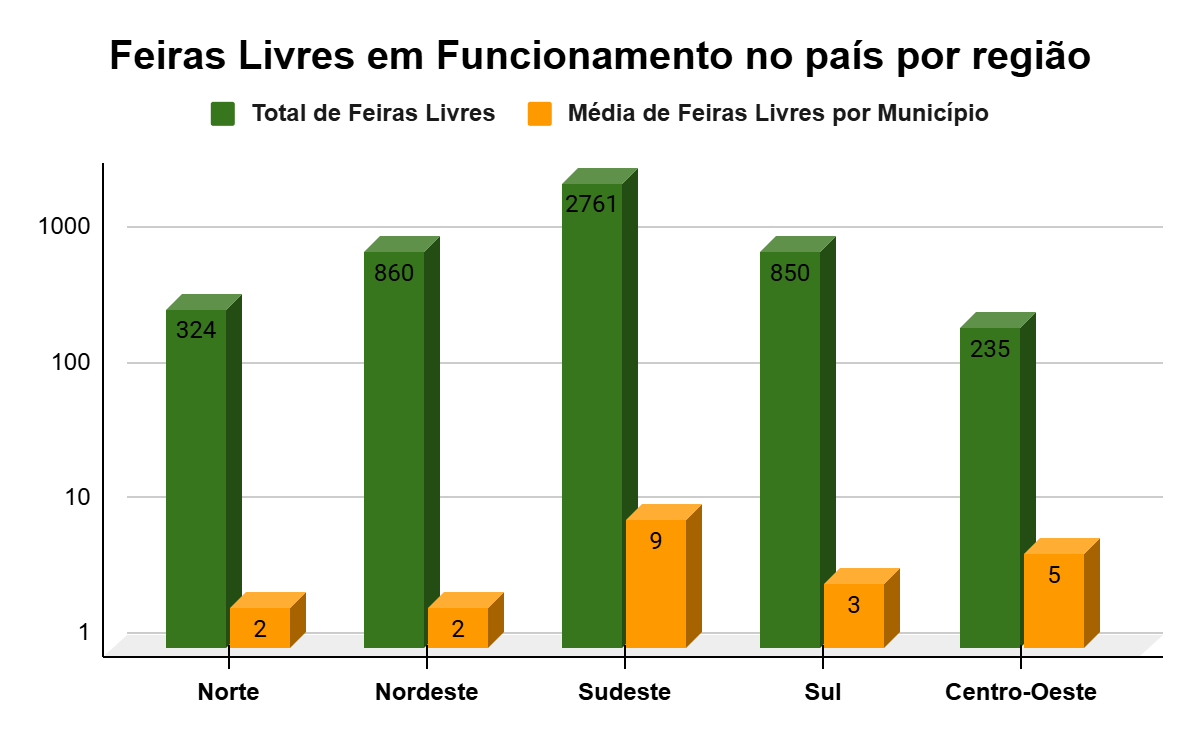


Fonte: SE – CAISAN

A tabela 1 evidencia as disparidades regionais no acesso a diferentes tipos de alimentos, destacando o papel das feiras livres e a prevalência de estabelecimentos que vendem produtos in natura, mistos e ultraprocessados em cada região do Brasil. Observa-se uma diferença marcante entre as regiões, onde o Sudeste concentra a maior quantidade de feiras livres e de estabelecimentos que comercializam alimentos ultraprocessados, enquanto o Norte e o Nordeste apresentam menor acesso a esses estabelecimentos, o que impacta diretamente a segurança alimentar das populações.

A análise regional das feiras livres no Brasil evidencia disparidades significativas no acesso a alimentos frescos. A Região Norte apresenta baixa oferta, com apenas 5% das feiras, enquanto o Nordeste, com 24%, ainda enfrenta desafios para atender plenamente à demanda por alimentos saudáveis. O Sudeste concentra 48% das feiras, oferecendo maior acesso, mas com alta presença de ultraprocessados (59%). Já o Sul (17%) e o Centro-Oeste (7%) mostram distribuição moderada, insuficiente em áreas de baixa renda. Essas desigualdades são ilustradas pela gráfico 1, que demonstra a concentração das feiras livres no Sudeste, com 2.761 feiras e uma média de 9 por município, enquanto as regiões Norte e Nordeste têm números significativamente menores, com apenas 324 e 860 feiras, respectivamente, e uma média de 2 por município, reforçando a necessidade de políticas públicas para ampliar o acesso a feiras e alimentos no país.

Gráfico 2 - Distribuição das Feiras Livres em Funcionamento por Região no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Mapa SAN, 2022.

As feiras livres desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, especialmente nas regiões de menor acesso a produtos frescos e de maior vulnerabilidade social, e em regiões como o Norte e o Nordeste, onde há menos feiras livres, a população enfrenta desafios mais acentuados para obter alimentos in natura e de qualidade, como mostra a pesquisa do IBGE, o que reforça a dependência de alimentos ultraprocessados. Já no Sudeste, onde as feiras são mais frequentes, há uma melhor distribuição de alimentos frescos, embora ainda coexistem com uma alta oferta de produtos industrializados.

As disparidades apresentadas na tabela indicam que políticas públicas devem focar na ampliação e no fortalecimento das feiras livres, especialmente em áreas com menor cobertura de estabelecimentos que vendem produtos in natura. A expansão das feiras livres nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, pode mitigar os impactos dos desertos alimentares e promover uma dieta mais saudável, reduzindo a dependência de alimentos ultraprocessados.

Estudos como o de (Claro et al., 2016) evidenciam que o consumo constante de alimentos ultraprocessados em desertos alimentares está associado ao aumento de doenças crônicas, especialmente entre as populações de menor renda. No entanto, a superação dos desertos alimentares requer políticas públicas mais efetivas, que integrem mobilidade urbana e incentivos à agricultura familiar.

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

As feiras livres desempenham um papel essencial na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento das economias locais, porém, sua continuidade e expansão, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, enfrentam desafios significativos, como sustentabilidade financeira, logística e infraestrutura inadequada, com isso, a superação desses obstáculos e para garantir a viabilidade de longo prazo, se faz necessário políticas públicas robustas e contínuas. Schneider et al. (2010) apontam que a falta de apoio estruturado pode limitar o impacto das feiras livres, destacando a necessidade de intervenções específicas para atender às demandas regionais e promover circuitos curtos de abastecimento.

Programas como o PAA e o PNAE são exemplos de iniciativas importantes que fortalecem o mercado local ao incentivar a compra direta de alimentos da agricultura familiar. O PAA destina alimentos frescos e saudáveis para populações em situação de insegurança alimentar, enquanto o PNAE assegura a qualidade das refeições escolares, integrando produtos locais e nutritivos às merendas. Essas iniciativas, além de combaterem a insegurança alimentar, geram renda para pequenos agricultores, consolidando os mercados regionais (Leite; Recine; Vasconcelos, 2018).

Deste modo, programas como o PAA e o PNAE se destacam ao incentivar a compra de alimentos da agricultura familiar, o que possibilita uma dieta mais saudável para populações de baixa renda e fortalece a economia local (Maluf, 2007). Além dos programas federais, políticas locais inovadoras como o ticket feira, implementado em Curitiba, se destacam. Esse programa oferece um auxílio mensal para a compra de produtos agropecuários diretamente em feiras livres, promovendo o acesso a alimentos frescos e saudáveis para a população e fortalecendo a demanda por produtos da agricultura familiar, reduzindo a necessidade de intermediários, permitindo que os agricultores recebam um valor justo por seus produtos e aumentando sua estabilidade financeira (Pozzebom; Rambo; Gazolla, 2017).

Outro exemplo relevante é o projeto Feira do Produtor Rural, implantado em diversas cidades brasileiras com o apoio do SEBRAE, na qual as feiras têm como foco aproximar agricultores familiares e consumidores, oferecendo suporte logístico e capacitação técnica para os produtores, o que aumenta sua competitividade e contribui para a inclusão social e econômica. Essas experiências evidenciam que políticas públicas direcionadas e iniciativas locais bem estruturadas podem mitigar desafios financeiros e logísticos enfrentados pelas feiras livres em comunidades vulneráveis e para isso, é essencial investir na infraestrutura das feiras, como sistemas de transporte e armazenamento, bem como na capacitação dos agricultores, fortalecendo a integração entre consumidores e produtores e promovendo o desenvolvimento sustentável.

**4. CONCLUSÃO**

As feiras livres demonstraram, ao longo deste estudo, seu papel multifacetado na promoção da segurança alimentar, na valorização da agricultura familiar e no fortalecimento das economias locais em regiões de vulnerabilidade social no Brasil. Sua capacidade de oferecer alimentos frescos e acessíveis, ao mesmo tempo em que conecta produtores e consumidores, reafirma a importância desse modelo de abastecimento baseado em circuitos curtos. Contudo, para maximizar seu potencial, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas robustas e contínuas que atendam às necessidades regionais e promovam a sustentabilidade desses espaços.

Programas como o PAA e o PNAE, além de políticas locais inovadoras, como o ticket feira em Curitiba, destacam-se como exemplos de boas práticas que podem ser ampliadas e replicadas. No entanto, desafios relacionados à infraestrutura, logística e apoio governamental limitado ainda restringem o alcance e a efetividade das feiras livres, especialmente em comunidades periféricas e rurais.

Por fim, os resultados deste estudo reforçam a necessidade de um esforço integrado entre governo, comunidades locais e movimentos sociais para que as feiras livres sejam reconhecidas como parte estratégica do sistema alimentar brasileiro, na qual investimentos em infraestrutura, incentivo à agricultura familiar e ampliação do acesso em áreas vulneráveis são medidas essenciais para que essas iniciativas contribuem de forma efetiva para a redução das desigualdades alimentares, promovendo um sistema alimentar mais justo, sustentável e inclusivo. Ainda, podemos concluir que a utilização de feiras livres, e as políticas de apoio governamental são importantes na mitigação das disparidades regionais, as quais promovem e impulsionam uma segurança alimentar sustentável, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2018.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Iniciativas governamentais de apoio e fortalecimento às feiras livres brasileiras. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 83–110, 2023.

BELIK, W. **O sistema agroalimentar no Brasil: uma proposta de reorganização**. São Paulo: Hucitec, 2003. Acesso em: 31 out. 2024.

BELIK, W.; SILVA, J. G. **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Estudos Avançados, v. 20, n. 58, p. 147-158, 2006. Acesso em: 31 out. 2024.

BELIK, W.; SILVA, J. G. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Fortalecimento da segurança alimentar e do desenvolvimento local.** Revista de Políticas Públicas Alimentares, v. 5, n. 2, p. 23-36, 2006.

BONAMICHI, Nayana Correa. **Feiras Livres: Um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL DE FATO. **Feiras livres fortalecem a economia solidária e promovem segurança alimentar em áreas vulneráveis**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 31 out. 2024.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Brasília:** Presidência da República, 2007.

CHIES, Jacir João; ANJOS, Flávio Sacco dos. Ocupar, resistir e produzir: famílias assentadas e feiras agroecológicas na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, p. e283305, 2024.

CLARO, Rafael Moreira et al. **Preços e disponibilidade de alimentos ultraprocessados em supermercados no Brasil (2008-2013)**. Revista de Saúde Pública, v. 50, p. 20, 2016.

CLARO, Rafael Moreira et al. **Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados.** Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. e00104715, 2016.

CRUZ, Maria Sirlene da et al. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. spe, p. e245926, 2020.

DA CRUZ, Maria Sirlene et al. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **Revista Campo-Território**, 2020.

CONTRIGIANI, Ariele Carolina et al. **Circuitos curtos de comercialização.** 2020.

CUMMINS, S.; MACINTYRE, S. **Food deserts—evidence and assumption in health policy making**. BMJ, v. 325, n. 7361, p. 436-438, 2002.

DAROLT, M. R. et al. **Circuitos curtos de comercialização: um novo olhar sobre o consumo e a produção de alimentos**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 11, n. 2, p. 45-58, 2016.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 2 dez. 2024.

DEMÉTRA. **Feiras Orgânicas e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: Desafios de Acessibilidade e Inclusão Social.** Revista Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde, v. 3, pág. 345-360, 2023.

DO MONTE NUNES, Isabela Cristina. **A Feira Livre de Carpina: A trajetória de uma feira onde as lonas e os bancos de madeira continuam sendo montados**. Colóquio de História da UNICAP, v. 17, p. 307-316, 2023.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. 2021.

FOOD, REPURPOSING; AFFORDABLE, HEALTHY DIETS MORE. **Food security and nutrition in the World.** 2022.

GOMES JÚNIOR, Claudio; PINTO, Ana Maria; LEDA, Vanessa. **Alimentação e Comida: Sistema de Abastecimento e Consumo Alimentar Urbano**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 5, e00095220, 2016. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00095220/en/. Acesso em: 31 out. 2024.

GUIMARÃES, Camila Aude. **A Feira Livre na Celebração da Cultura Popular**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), CELACC, Gestão Cultural e Organização de Eventos, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Disponibilidade Alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27298-pof-2017-2018-alimentos-frescos-e-preparacoes-culinarias-predominam-no-padrao-alimentar-nacional>. Acesso em: 31 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: Avaliação do Estado Nutricional da População Brasileira.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

LEITE, F. et al. **Segurança alimentar e políticas públicas no Brasil**. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 177-190, 2018.

LEITE, F. et al. **Políticas públicas de segurança alimentar e o papel das feiras livres no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 1, 2018.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARQUES, A.; MELLO, G. **Feiras livres como alternativa ao fortalecimento da agricultura familiar.** Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, n. 2, p. 23-34, 2009.

MARTINEZ, L. M. **Desenvolvimento da agricultura local e sustentabilidade: um estudo de caso em Chapecó, Santa Catarina.** Revista de Estudos Rurais, v. 7, n. 1, p. 45-60, 2003.

MASCARENHAS, G. M. **Feiras livres no Brasil: uma análise de sua importância social e econômica**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2008.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Ministério da Cidadania, Brasília, 2020.

MENDES, A.; CAMPOLINA DINIZ, E. **Feiras livres e segurança alimentar: uma perspectiva de desenvolvimento local.** Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, n. 2, p. 113-130, 2019.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE ET DE L'ALIMENTATION. **Políticas de apoio aos mercados locais e feiras agrícolas**. Paris: Ministère de l'Agriculture et de l'Alimentation, 2024. Disponível em: https://agriculture.gouv.fr. Acesso em: 01 Dez. 2024.

MONTEIRO, C. A. et al. **Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. Public Health Nutrition**, v. 22, n. 1, p. 936-941, 2019.

OLIVEIRA, D. C. R. et al. **Sustentabilidade ambiental e práticas nas feiras livres brasileiras**. Cadernos de Saúde Pública, v. 29, p. 198-210, 2013.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Healthy diet**. 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/healthy-diet. Acesso em: 15 Nov. 2024.

O’REILLY, K. **Projeto Hortas Cariocas: Sustentabilidade e Inclusão Social no Rio de Janeiro**. Cadernos de Inclusão Social, v. 9, n. 2, p. 12-29, 2014.

POZZEBON, Luciana; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. **As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutriciona**l. Desenvolvimento em questão, v. 16, n. 42, 2018.

POZZEBOM, M.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. **Feiras livres e agricultura familiar: um estudo sobre a experiência do ticket feira em Curitiba**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 55, n. 3, p. 485-504, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/. Acesso em: 4 nov. 2024.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; SCHOTT, L. **Agricultura familiar e segurança alimentar: entre o global e o local.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 48, n. 2, p. 225-260, 2010.

SCHNEIDER, S. et al. **Agricultura Familiar e Segurança Alimentar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 48, n. 2, p. 225-260, 2010.

SCHNEIDER, S.; NASCIMENTO, C. A.; MÜLLER, A. **Produção e abastecimento alimentar em circuitos curtos: o que há de novo sobre a perspectiva da segurança alimentar e nutricional?** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 48, n. 3, p. 449-472, 2010.

SILVA, A. L. da; BALEM, T. A.; SILVEIRA, C. A. M. **Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 1, p. 232-250, 2021.

SEN, A. **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SILVA, J. G**. Segurança Alimentar: um desafio para o Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

SILVA, J. G. et al. **Impacto das feiras livres na segurança alimentar das populações vulneráveis**. Revista Brasileira de Economia, v. 70, n. 1, p. 123-140, 2016.

SILVA, José da. **As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

TRAVERSAC, JB **Cadeias curtas de fornecimento de alimentos e sistemas alimentares locais na Europa: práticas alternativas, dinâmicas e impactos**. Agricultural Economics Review, v. 11, n. 1, p. 71-81, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Food & Agriculture Org., 2021.